



# Global



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Boletim de Informações Sindicais

Ano 6 n.º 106 09 de janeiro de 2013

## UGT é contra o fator previdenciário

Diante das declarações do ministro da Previdência Social, **Garibaldi Alves Filho** (*Valor*, 09.01.2013), de que deixou de ser prioridade para o governo federal a promoção da reforma da Previdência e nela incluída o fim do famigerado Fator Previdenciário, a UGT vem a público manifestar seu posicionamento.

**O Fator Previdenciário é nocivo para o trabalhador e a UGT defende a sua imediata extinção, pois este mecanismo perverso reduz os valores dos proventos e retarda o direito de o trabalhador usufruir da aposentadoria. Qualquer reforma que vise manter a fator previdenciário terá nossa clara e decisiva oposição.**



Nós, da UGT, defendemos sim uma ampla e democrática reforma da Previdência, que deve contar com a legítima e imprescindível participação dos trabalhadores na sua formulação e execução.

Isso porque a UGT tem propostas concretas que visam dar sustentabilidade ao padrão de financiamento, promover uma democrática e transparente gestão, garantir a universalidade efetiva da abrangência dos beneficiados, fortalecer seu caráter público e garantir a valorização real dos valores dos benefícios.

**Ricardo Patah**  
Presidente da UGT

### Votação da medida foi seguidamente adiada

A **União Geral dos Trabalhadores - UGT** e as demais centrais sindicais, Força Sindical, CUT, CTB, CGTB, e NCST, repudiaram, no começo de dezembro passado em carta aberta à população, a “não votação do Fator Previdenciário na sessão de 28.11.2012 na Câmara dos Deputados”, votação que havia sido anteriormente acordada com as centrais sindicais.

A carta aberta lembra que a “discussão e negociação sobre o fator previdenciário se arrastam desde meados de 2007. E apesar de termos proposto diversas alternativas para solucionar os impasses surgidos e chegado ao acordo da fórmula 85/95, **o governo vem sistematicamente bloqueando a votação** dessa matéria no âmbito da Câmara Federal.”

A carta aberta ressalta que o fim do fator previdenciário “é umas das principais prioridades da pauta dos trabalhadores que vem sendo defendida e negociada pelas Centrais com o Governo nos últimos anos, em função do caráter perverso do fator atual, que penaliza a classe trabalhadora após anos e anos de contribuição e trabalho.”

Apesar da pressão de centenas de deputados e sindicalistas, a **votação do projeto de lei que acaba com o fator previdenciário** ficou para 2013. A decisão foi tomada no início de dezembro passado pelo então presidente da Câmara, deputado **Marco Maia** (PT-RS), e os líderes partidários, em razão da dificuldade de ser formulada uma proposta que não sofra veto do Palácio do Planalto.

## Desoneração da folha de pagamento não beneficia comerciário

O **Sindicato dos Comerciários de São Paulo**, entidade filiada a **União Geral dos Trabalhadores - UGT**, protesta contra a medida do governo anunciada no dia 19 de dezembro sobre a desoneração da folha de pagamento, que coloca o empresário como principal beneficiário, **pois os trabalhadores do comércio varejista, que são os protagonistas, sequer foram chamados para a discussão**. A medida não prevê garantias de melhorias para os trabalhadores que enfrentam problemas como a informalidade, rotatividade, baixos salários, excesso de jornada de trabalho etc.

No Brasil, há 10 milhões de comerciários, sendo 2,5 milhões na informalidade. Só na cidade de São Paulo são 450 mil comerciários. Destes, 90 mil em situação informal. Além do alto índice de informalidade, o trabalhador também sofre com a alta rotatividade.

Prova disso são os números de homologações realizadas no Sindicato: considerando apenas os comerciários com mais de um ano de carteira assinada, em 2010 foram 103.573 homologações; em 2011, 113.146; e este ano, até novembro, já foram computadas 104.420 homologações.



"Estou indignado devido o comerciário, que é imprescindível para o desenvolvimento da economia do País, não ter sido consultado. Assim não houve a contrapartida social para que haja a manutenção dos empregos e a diminuição dos índices de informalidade. O Sindicato exige que o governo, a exemplo do que fez com o setor automotivo, trate o setor varejista igualmente", afirma **Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo**.

## Brasileiros pagam os mais altos impostos de consumo

O Brasil impõe aos consumidores o **segundo maior nível de impostos de vendas e consumo** no mundo, de acordo com nova pesquisa de UHY, a rede internacional de contabilidade e consultoria, representada no País pela UHY Moreira-Auditores.

Os especialistas em tributação da UHY estudaram dados de 22 países pertencentes a sua rede internacional, incluindo todos os membros do G8 e as economias em desenvolvimento (BRIC). De uma cesta representativa de bens e serviços, os impostos e taxas foram calculados a partir do preço total. **E concluiu-se que o governo brasileiro toma 28,7% do valor total da cesta de bens, mediante impostos.**

Diego Moreira, diretor executivo da UHY Moreira, diz: que "com os impostos de vendas e consumo bem acima da média, o Brasil continuará a notar a sobrecarga no movimento da economia do consumidor. Isso não vai ajudar o crescimento econômico brasileiro. A redução da taxa de impostos de vendas deveria ser uma aposta considerável".

Eric Waidergorn, da UHY Moreira, afirma que "o principal problema com impostos indiretos no Brasil é que eles afetam desproporcionalmente os contribuintes. Por exemplo, observa-se que contribuintes de renda baixa pagam a mesma taxa tributária sobre produtos ou serviços que os contribuintes de renda alta. Ou seja, os primeiros arcam com uma parcela muito maior de tributos sobre sua renda, no consumo, que os últimos".

Em média, os governos europeus são responsáveis por 15,5% do preço da cesta de bens e serviços. Isso se compara a uma média de 13,8% para todos os países; 12,3% nos países do G8; e 8,2% nos países da Ásia-Pacífico. (IN, 21.12.2012)

## Panorama do Emprego na América Latina

Desemprego na AL e Caribe caiu a níveis históricos e manterá tendência em 2013

A taxa de desemprego urbano da América Latina e do Caribe continuou em 2012 com a tendência de queda dos últimos anos que a colocou em níveis mínimos históricos e continuará pelo mesmo caminho em 2013, informou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao apresentar a última edição de seu relatório anual Panorama Laboral.

“A queda do desemprego abre uma janela de oportunidade, este é o momento para enfrentar os desafios da qualidade dos empregos”, disse a **Diretora Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco**, durante a apresentação do relatório na capital mexicana.

“É hora de redobrar os esforços para enfrentar a informalidade”, acrescentou.

**Assista ao vídeo da apresentação >>>**



O **Panorama Laboral 2012 da América Latina e do Caribe** diz que o desemprego urbano regional é de 6,4% ao final de 2012 e que esta tendência será mantida e a taxa chegará a 6,2% em 2013. São os níveis mais baixos registrados desde que começou a utilizar-se a atual série estatística em princípios dos anos 90.

A OIT recordou que em 2002 esta taxa superava 11% mas a partir de 2004 começou a cair, uma tendência que somente foi ligeiramente interrompida durante a crise internacional em 2009. No entanto, a região teve uma rápida recuperação e retomou o crescimento com emprego. Em 2011, a taxa chegava a 6,7%.

O dinamismo das economias latinoamericanas e caribenhas, que registraram um ciclo de crescimento econômico de vários anos, foi determinante para esse resultado, de acordo com a análise do Panorama Laboral. As médias regionais anunciadas pelo relatório foram impulsionadas pela taxa de crescimento econômico de 3,1% em 2012, que poderá se acelerar até 3,8% em 2013.

“Existem razões para sermos otimistas apesar de que a região não deve descuidar-se já que a situação de crise em outras partes do mundo gera uma dose importante de incerteza”, disse Tinoco.

Por outro lado, fez um apelo para que se aproveite o momento para enfrentar os desafios da qualidade do emprego e recordou que o trabalho e a renda laborais constituem uma contribuição fundamental para o crescimento das economias e na luta contra a pobreza e a desigualdade.

“Quase a metade dos trabalhadores da região somente consegue empregos informais, o que geralmente implica baixos salários, pouca estabilidade laboral, escassa cobertura da seguridade social e descumprimento dos direitos no trabalho”, afirmou Tinoco.

Destacou que outro tema pendente da maior relevância é o de melhorar a produtividade da região, que cresceu menos do que em outras partes do mundo e de vinculá-la com o crescimento dos salários, pois essa é a maneira de transferir maior renda às pessoas e conseguir uma maior coesão social.

“O crescimento é indispensável, mas não é suficiente. Na região temos problemas de caráter estrutural que requerem a adoção de medidas específicas para enfrentá-los, incluindo os desafios de igualdade de gênero e de emprego para nossa juventude”, reafirmou a Diretora Regional da OIT.

“É necessário colocar o pleno emprego e produtivo e o trabalho decente como um objetivo político central no caminho rumo ao desenvolvimento”, acrescentou Tinoco. *(Notícias da OIT)*

## UGT reuniu-se com o Ministro do Trabalho

UGT leva ao Ministro do Trabalho preocupação sobre validação de filiações de Sindicatos



Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores - UGT, acompanhado dos deputados Ademir Camilo (PDT - MG) e Roberto de Lucena (PV-SP), vices presidentes da UGT, reuniu-se com o ministro do Trabalho Brizola Neto, em Brasília, para discutir as pendências relacionadas às inúmeras filiações de sindicatos à UGT, bem como a regulamentação da profissão de comerciário

Patah levou ao ministro a importância da regulamentação da profissão de comerciário, que vai beneficiar 10 milhões de trabalhadores em todo o País e acabar, definitivamente, com a ação de aventureiros, interessados em dividir a base dos trabalhadores, com a criação de sindicatos fantasma. Além disso, o presidente da UGT apresentou ao ministro um projeto de autoria do deputado Roberto de Lucena, para a regulamentação das Colônias de Pescadores em todo o País.

O presidente da UGT também relatou ao ministro que o processo para a validação das filiações de sindicatos à UGT no Ministério, está muito lento e isso vem criando um sério problema para a Central e os sindicatos a ela filiados.

## Congresso Internacional da CONTCOP lança Carta de Salvador

O congresso foi realizado entre os dias 3 e 6 de janeiro na capital baiana e reuniu representantes dos continentes americano, europeu e africano.

Ao final do I Congresso Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP, entidade filiada à UGT, os participantes redigiram um documento, A Carta de Salvador, onde apontam as manifestações e direcionamento a ser seguido para a democratização e socialização da comunicação mundial.



[Clique aqui e confira a íntegra da "Carta de Salvador"](#)



NOME	RG	ASSINATUR
Doãn Trabalhador		

**Coleta de assinaturas. PARTICIPE DESTA LUTA!**



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos